

PROJETO DE LEI Nº 174/2024. (Do Senhor Francisco Limma)

Reconhece como de Utilidade Pública do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste - IDENE.

A Assembleia Legislativa do Piauí DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste - IDENE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o no 20.124.920/0001-29, com sede na Av. Jóquei Clube, 299, sala 306, Ed. Eurobisiness, Bairro Jóquei, Teresina-PI, CEP 64.049-917, fundada em 03 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Petrônio Portela, em Teresina, 01 de agosto de 2024.

Dep. Francisco Limma
PT



JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa reconhecer como de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento do Nordeste - IDENE. O referido Instituto já desenvolve seus trabalhos há mais de 10 anos e tem como finalidade manter e apoiar instituições que se dediquem à promoção humana, à qualificação profissional e à inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos; recomendar, sugerir, apoiar e, na medida do possível, financiar ações, projetos e programas que tenham por objetivo eliminar as barreiras e os obstáculos que dificultam o acesso ao mundo do trabalho e aos benefícios materiais e culturais socialmente produzidos; dentre outras.

Outrossim, o Instituto tem ainda como objetivo promoção de assistência social; da cultura, defesa e conservação, do patrimônio histórico e artístico; da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações nos termos da Lei; da saúde; segurança alimentar e nutricional; preservação e conservação do meio ambiente; do voluntariado; dentre outros.

Diante disso, e entendendo pela relevância dos serviços prestados pelo instituto, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do projeto.



RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES

(Art. 34, VI da Lei nº 13.019/2014)

Nome		laquel	ine da Silva Araŭ	jo	N° CPF 048.122.453-03
N° RG 3.039.212	Orgão Expedio SSP-PI	lor	Cargo PRESIDENTE		Função
Logradouro (Rua Profes	Avenida, Ru sora Alzira	a Freir	e Passos, n° 3941	CEP	
Bairro Renascença 2 Telefone (89)98807-9433		Cidade		64082-210 E-mail Jack line2010@hotmail.com	

Nome Nome	ENRIQUE BATI	ISTA DANTAS	N° CPF 067.250.713-76		
N° RG 3702533	Orgão Expedidor SSP	TESOREIRO	Função		
Logradouro	(Avenida, Rua, Ro ILIO FORTES, 35	60	CEP		
Ваітто		ade RESINA	64036686		
Telefone 86-9949	Tele	efone	E-mail Murilohenrrique-88@hotmail.com		

Nome LUIS CARLO	S BATISTA DE	SOUSA		N° CPF 052.535.543-04
N° RG 052.535.543- 04	Órgão Expedidor	Cargo SECRETÁRIO		Função
	venida, Rua, Rod EIRO MANOEL	, Etc.) CLEMENTINO, 585		
Bairro ROSARIO	Cida		CEP 64.500-0	000
Telefone	Teles	Colorest St. Co. Co. Co. Co. Co. Co. Co. Co. Co. Co	E-mail	

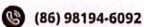
TERESINA, 22 DE JULHO DE 2024.

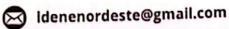
JAQUELINE DA SILVA ARAUJO:04812245303 ARAUJO:04812245303

Assinado de forma digital por JAQUELINE DA SILVA

Jaqueline da Silva Araújo PRESIDENTE

> Rua Maestro Pedro Alcântara 4652, Bairro Extrema Teresina-PI - CEP: 64.076-345







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E DE CADASTRAL	SITUAÇÃO	07/04/2014	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE DESENV	VOLVIMENTO DO NORDESTE	(IDENE)			
TITULO DO ESTABELECIMENT IDENE	O (NOME DE FANTASIA)				PERTE DEMAIS
	VIDADE ECONÒMICA PRINCIPAL de associações de defesa de	direitos sociais			
43.99-1-01 - Administra 71.12-0-00 - Serviços de 71.19-7-99 - Atividades 73.20-3-00 - Pesquisas e 74.90-1-03 - Serviços de 74.90-1-99 - Outras ativi 85.99-6-04 - Treinament 85.99-6-90 - Outras ativi 86.60-7-00 - Atividades 88.00-6-00 - Servicos de	e engenharia técnicas relacionadas à enge de mercado e de opinião púb e agronomia e de consultoria idades profissionals, científic o em desenvolvimento profis de apoio à gestão de saúde e assistência social sem aloja	enharia e arquitetura não o olica às atividades agrícolas e cas e técnicas não especi esional e gerencial ficadas anteriormente	pecuárias ficadas anterio		
4.99-5-00 - Atividades : ÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT		s ligadas à cultura e à arte las anteriormente	•		
24.93-6-00 - Atividades (24.99-5-00 - Atividades (25.001GO E DESCRIÇÃO DA NAT 1899-9 - Associação Privi OGRADOURO R MAESTRO PEDRO AL	associativas não especificad TUREZA JURÍDICA ada	s ligadas à cultura e à arte as anteriormente NÚMERO 4652	COMPLEMENTO		
A4.99-5-00 - Atividades : ODIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 199-9 - Associação Privi OGRADOURO R MAESTRO PEDRO AL	associativas não especificad TUREZA JURÍDICA ada	as anteriormente	COMPLEMENTO		UF PI
24.99-5-00 - Atividades : 2001GO E DESCRIÇÃO DA NAT 299-9 - Associação Privio OGRADOURO R MAESTRO PEDRO AL EP 4.076-345	associativas não especificad UREZA JURÍDICA ada .CANTARA BAIRRO/DISTRITO EXTREMA	NÚMERO 4652 MUNICIPIO TERESINA TELEFONE	COMPLEMENTO	1	
24.99-5-00 - Atividades : CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 199-9 - ASSOCIAÇÃO PRÍVI OGRADOURO R MAESTRO PEDRO AL EP 4.076-345 NDEREÇO ELETRÓNICO DENENORDESTE@GM.	associativas não especificad UREZA JURÍDICA ada .CANTARA BAIRRO/DISTRITO EXTREMA AIL.COM	NÚMERO 4652 MUNICIPIO TERESINA TELEFONE	COMPLEMENTO	11	
24.99-5-00 - Atividades : CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 199-9 - ASSOCIAÇÃO PRÍVI OGRADOURO R MAESTRO PEDRO AL EP 4.076-345 NDEREÇO ELETRÓNICO DENENORDESTE@GM. NTE FEDERATIVO RESPONSÁ **** TUAÇÃO CADASTRAL TIVA	AIL.COM	NÚMERO 4652 MUNICIPIO TERESINA TELEFONE	8/ (89) 8123-900	TA DA SITUAÇÃO CA //07/2023	PI
24.99-5-00 - Atividades : CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 1899-9 - Associação Privi	AIL.COM	NÚMERO 4652 MUNICIPIO TERESINA TELEFONE	8/ (89) 8123-900	TA DA SITUAÇÃO CA	PI

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/03/2024 às 17:09:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

20.124.920/0001-29

Razão

Social:

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Endereço:

R MAESTRO PEDRO ALCANTARA 4652 / EXTREMA / TERESINA / PI /

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:14/04/2024 a 13/05/2024

Certificação Número: 2024041400323021129430

Informação obtida em 01/05/2024 08:21:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:



ESTATUTOS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

EXTRATO DO ESTATUTO

O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE), CNPJ: 20.124.920/0001-29, com sede em Teresina-PI, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse social, com autonomia administrativa e financeira. Tem como objetivos promover a assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, entre outros. O IDENE atua apoiando instituições de promoção humana, qualificação profissional, inclusão social, além de promover eventos culturais e científicos. Seu prazo de duração é indeterminado. DOS ASSOCIADOS: Compor-se-á das categorias de associados Efetivos, Fundadores, Contribuintes e Beneméritos. DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Assembleia geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Administrativo. DOS RECURSOS FINANCEIRO E DO PATRIMÔNIO: Bens de qualquer natureza e direitos, livre de ônus que lhe forem transferidos por pessoas físicas ou jurídicas, publicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. DA REFORMA DO ESTATUTO DA DISSOLUÇÃO: Estatuto só poderá ser alterado, notificado ou substituído, através de decisão em assembleia geral. Teresina 24 de Abril de 2024.

Euclenes Packita de Moraes Sousa

Presidente do IDENE

(Transcrição da nota ESTATUTOS de № 10769, datada de 24 de abril de 2024.)

ATOS

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ - PM-PI

PROCESSO Nº: 00028.003203/2023-44

PROCESSO SELETIVO PARA O SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO DA PMPI 2024 - (SAV PMPI/2024).

REF. PORTARIA Nº 10, DE 19/04/2024.

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

O Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa, com base no Art. 1° da Portaria n° 10, de 19/04/2024 (012127940), CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, a fim de realizarem treinamento para ocuparem as vagas remanejadas para os municípios de Paulistana, Valença e Floriano, conforme abaixo.



Diário nº 80/2024, 24 de abril de 2024.
*** Iniciado: 24/04/2024 08:10:18 ***

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, foi Averbada nesta Serventia Extrajudicial do 1º Oficio de Registro de Imoveis Notas, Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica - 2º Circunscrição, no Livro A nº 31, AV-04, em Teresina - Pl, 23 de Julho de 2024, no Registro com o nº de Ordem 1795, do Livro de Registro Especial de Pessoa Jurídica Livro nº A-28, datado de 02 de fevereiro de 2024, uma Ata com o seguinte teor: ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE. Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, com o quórum atingido em primeira convocação, reunindo-se os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal - Administrativo na sede do Instituto, inscrito no CNPJ sob o nº 20.124.920/0001-29, situada no Edificio Eurobusiness, sala 306, 3º andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina, Piauí, CEP: 64049-917, para dar inicio a Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a alteração do Estatuto. O Sr. Luís Carlos Batista de Sousa procedeu à leitura do projeto de alteração do estatuto, que, apois discussão, foi unanimemente aprovado. Era o que se continha em referida Ata que bem e fielmente para aqui o digitei. Dou fé. Processo nº 354604, Teresina - Pl, 23 de Julho de 2024. Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 1,74; Total: R\$ 28,08; O presente ato só terá validade com o Selo: AGI77081 - PL7T. Consulte a autenticidade do selo em www.tipi.jus.br/portalextra. Dou fe, Eu, FUS (Francisco Weslley da Costa Monteiro e Silva), escrevente, a digitei.

Teresina - PI, 23 de Julho de 2024.

OFIC

gantanturoca to to



Rua David Caldas, 495 - Centro - Teresina/PI - CEP 64001-190 Contato: 86 3221-7513 - E-mail: tabje@uol.com.br

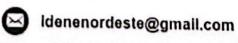


ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e vinte minutos, na sede do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE, situada no Edifício Eurobusiness, sala 306, 3° andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina, Piaul, CEP: 64.049-917, com o quórum atingido em primeira convocação, os membros da diretoria executiva do IDENE, CNPJ: 20.124.920/0001-29, reuniram-se para dar início à Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a pauta: Composição da Diretoria Executiva, em consonância com o Art. 25 do Estatuto do IDENE. A Sra. Euclenes Packita de Moraes Sousa deu início à sessão, agradecendo a presença dos membros e ressaltando a importância das deliberações que seriam tomadas. A mesa principal foi composta por Jaqueline da Silva Araújo, Diretora Vice-Presidente; Murilo Henrique Batista Dantas, Diretor Tesoureiro; Luís Carlos Batista de Sousa, Diretor Secretário; e Paulo Geovano Batista Dantas, Membro do Conselho Fiscal e Administrativo. O Sr. Luís Carlos Batista de Sousa procedeu à leitura do Edital de Convocação, emitido em 01 de julho de 2024. Em seguida, passou a palavra à Diretora Presidente, que iniciou a apresentação com um pedido de renúncia ao cargo de Diretora Presidente por motivos pessoais/profissionais. Em conformidade com o Art. 25 do Estatuto do IDENE, foi nomeada como sua substituta a Sra. Jaqueline da Silva Araújo, solteira, administradora, portadora da Carteira de Identidade nº 3.039.212 SSP-PI e inscrita no CPF sob o nº 048.122.453-03, residente na Rua Professora Alzira Freire Passos, nº 5941, Bairro Renascença 2, Teresina-PI, CEP: 64082-210. A Sra. Jaqueline da Silva Araújo exercerá o cargo de Diretora Presidente até o dia 02 de dezembro de 2027, sendo sua nomeação aprovada por unanimidade pelos demais membros presentes. Encerradas as deliberações, a Sra. Euclenes Packita de Moraes Sousa agradeceu a todos pela participação e colaboração. A nova Diretora Presidente, Sra. Jaqueline da Silva

> Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240

(86) 98194-6092





Araújo, declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária às nove horas. determinando que a presente ata fosse lavrada e assinada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, eu, Luis Carlos Batista de Sousa, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

Teresina, 3 de julho de 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO Assinado de forma digital por

(IDENE):20124920000129

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (IDENE):20124920000129

Euclenes Packita de Moraes Sousa

CPF:005.770.783-99

Presidente da Assembleia

JAQUELINE DA SILVA Assinado de forma digital por ARAUJO:04812245303 ARAUJO:04812245303

Jaqueline da Silva Araújo

CPF:048.122.453-03 Diretor(a) Presidente

PAULO GEOVANO BATISTA Assinado de forma digital por DANTAS:03465564308 PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS:03465564308

Paulo Geovano Batista Dantas

CPF:034.655.643-08

Conselho Fiscal e Administrativo

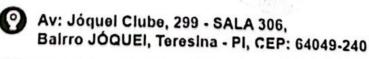
MURILO HENRIQUE BATISTA Assinado de forma digital por MURILO HENRIQUE BATISTA DANTAS:06725071376 DANTAS:06725071376

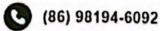
Murilo Henrique Batista Dantas

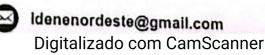
CPF:067.250.713-76 **Diretor Tesoureiro**

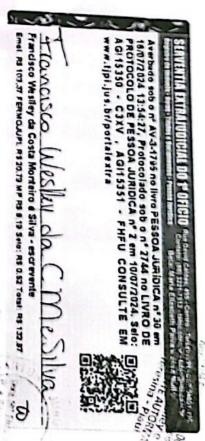
Assinado de forma digital por LUIS CARLOS BATISTA DE SOUSA:05253524304 SOUSA:05253524304 LUIS CARLOS BATISTA DE

Luís Carlos Batista de Sousa CPF:052.535.243-04 Diretor Secretário









REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, foi Averbada nesta Serventia Extrajudicial do 1º Oficio de Registro de Imóveis Notas, Titulos e Documentos e Pessoa Jurídica - 2ª Circunscrição, no Livro A nº 30. AV-03. em Teresina - Pl, 16 de Julho de 2024, no Registro com o nº de Ordem 1795 do Livro de Registro Especial de Pessoa Jurídica Livro nº A-28, datado de 02 de fevereiro de 2024, uma Ata com o seguinte teor: ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE. Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede situada no Edificio Eurobusiness, sala 306, 3º andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina, Piauí, CEP: 64.049-917, com o quórum atingido em primeira convocação, os membros da diretoria executiva do IDENE, CNPJ: 20.124.920/0001-29, reuniramse para dar início à Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a pauta: Composição da Diretoria Executiva, em consonância com o Art. 25 do Estatuto do IDENE. Em seguida, passou a palavra à Diretora Presidente, que iniciou a apresentação com um pedido de renúncia ao cargo de Diretora Presidente por motivos pessoais/profissionais. Foi nomeada como sua substituta a Sra. Jaqueline da Silva Araújo, CPF sob o nº 048.122.453-03. A Sra. Jaqueline da Silva Araújo exercerá o cargo de Diretora Presidente até o dia 02 de dezembro de 2027, sendo sua nomeação aprovada por unanimidade pelos demais membros presentes. Era o que se continha em referida Ata que bem e fielmente para aqui o digitei. Dou fé. Processo nº 353303, Teresina - Pl, 16 de Julho de 2024, Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 1,74; Total: R\$ 28,08; O presente ato só terá validade com o Selo: AGI15385 - 125L. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra. Dou fé, Eu, +WS (Francisco Weslley da Costa Monteiro e Silva), escrevente, a digitei.

Teresina - PI, 16 de Julho de 2024.

Rua David Caldas, 495 - Centro - Teresina/PI - CEP 64001-190 Contato: 86 3221-7513 - E-mail: tabje@uol.com.br



ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

(Alterado através da Assembleia realizada em 03 de julho de 2021)

CAPITULOI

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, OBJETIVO SOCIAL, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1°- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE), inscrito no CNPJ: 20.124.920/0001-29, é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de natureza filantrópica, regendose pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2°- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste, também designado como "IDENE", tem sua sede na Av. Jóquei Clube, 299, sala 306, Ed. Eurobusiness, Bairro Jóquei, Teresina-Pl, CEP: 64.049-917.

Art. 3°. O IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Nordeste) tem como objetivos:

I - Promoção da assistência social;

II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III -Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações nos termos da Lei;

IV - Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações nos termos da Lei; gestão de programas gratuitos na área da saúde, gerir unidades de saúde, disponibilizar recursos humanos, desenvolver programas de atenção básica à saúde abrangendo prevenção, atendimento primário, secundário e terciário, urgências, emergências, diagnósticos, terapêuticas, órteses, próteses, pesquisas, produção e distribuição de medicamentos e equipamentos essenciais à saúde pública em espaços próprios, cedidos ou alugados.

V - Promoção da segurança alimentar e nutricional;

Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240

(86) 98194-6092



Idenenordeste@gmail.com





- VI- Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII- Promoção do voluntariado;
- VIII- Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX- Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X- Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI- Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII- Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- XIII- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.
- XIV- Fomentar a execução de obras de infraestrutura urbana e rural, para o desenvolvimento econômico e social.
- Art. 4° O IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Nordeste) tem como finalidade:
- I Manter e/ou apoiar instituições que se dediquem à promoção humana, à qualificação profissional e à inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos;
- II Recomendar, sugerir, apoiar e, na medida do possível, financiar ações, projetos e programas que tenham por objetivo eliminar as barreiras e os obstáculos que dificultam o acesso ao mundo do trabalho e aos benefícios materiais e culturais socialmente produzidos;
- III Atuar junto às autoridades, aos estabelecimentos de ensino, às empresas e aos órgãos formadores de opinião pública no sentido de criar uma mentalidade de responsabilidade cívica em relação aos grupos mais suscetíveis à discriminação, ao preconceito e à exclusão social;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
 - (86) 98194-6092





- IV Firmar contratos, convênios, acordos ou parcerias com órgãos e instituições, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos desta Associação;
- V Promover e apoiar eventos culturais, científicos, esportivos, artísticos, sociais e outros cuja temática esteja vinculada aos objetivos desta Associação;
- VI Sugerir e apoiar experiências de inclusão social, particularmente de escolas e associações que trabalham na linha da educação inclusiva.
- VII Celebrar convênios e empréstimos junto à entidade Creditícia elaborar, adquirir e executar junto ao Governo Federal e Governo Estadual projetos de moradia popular para a população, através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais.
- VIII Firmar termo de cooperação técnica para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), voltado para agricultura familiar e povos tradicionais.
- IX Promover e apoiar, através de cursos de capacitação e formação, bem como eventos e programas de desenvolvimento voltados ao turismo.

Art. 5° - O prazo de duração da Associação é indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS SEUS DIREITOS E DEVERES

- Art. 6° O IDENE compor-se-á das categorias de associados abaixo evidenciadas, considerando o processo de admissão dos associados como sendo o preenchimento de um formulário de adesão aos objetivos da Associação, sendo aprovado pela Assembleia Geral;
- a) Associados Efetivos, serão aqueles que contribuírem regularmente com trabalho em prol dos objetivos do IDENE, e financeiramente mediante o pagamento de mensalidades, cujo valor deverá ser fixado anualmente em Assembleia Geral dos Sócios, podendo votar e ser votado;
- b) Associados Fundadores serão assim considerados signatários, podendo votar e ser votado;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - Pi, CEP: 64049-240



- c) Associados Contribuintes, serão aqueles que se inscreverem para doações de importâncias mensais, esporádicas ou anuais, a seu critério, sem outras obrigações de caráter social, sendo vedado, votar e ser votado para a composição da Diretoria da Associação Conselho Fiscal e Administrativo, bem como outros Orgãos Deliberativos, quando nessa qualidade de Associado;
- d) Associados Beneméritos, os que, sendo associados ou não, tenham prestado serviços relevantes ao IDENE, quer sejam de ordem técnica, social ou patrimonial, sendo vedado, votar e ser votado para a composição da Diretoria da Associação, Fiscal e Administrativo, bem como outros Órgãos Deliberativos, quando nessa qualidade de Associado;
- § 1°. Poderá ser concedido o título de Associado Honorário em razão da notoriedade da pessoa ou de serviços relevantes prestados ao IDENE ou à comunidade;
- § 2°. Poderá ser concedido o título de Associado Protetor a pessoa que preste assistência jurídica ou que por qualquer outra forma proteja o IDENE.
- § 3°. Será ilimitado o número de associados em cada categoria.
- § 4°. Os associados não responderão direta e/ou subsidiariamente pelas obrigações do IDENE.
- § 5°. Não há direitos e obrigações recíprocos entre os associados.
- § 6°. Poderão ser admitidos novos associados, a qualquer tempo, na forma que dispuser este Estatuto.

Art. 7° - São deveres dos Associados:

- a) Prestigiar o IDENE, respeitando as disposições estatutárias, regimentais e as decisões da Diretoria, da Assembleia Geral e Órgãos Deliberativos, cooperando para o seu engrandecimento financeiro, material e social;
- b) Colaborar com o IDENE, apresentando planos e sugestões;
- c) Participar das Assembleias, sempre que convocados;
- d) Aceitar e desempenhar com dignidade e sem qualquer interesse pessoal ou político, os cargos a que forem eleitos;
- e) Comunicar mudança de endereço residencial ou comercial;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
 - (86) 98194-6092



- Manifestar-se sobre atos irregulares da Diretoria e recorrer quando estes forem apurados e devidamente comprovados.
- g) É vedado se pronunciar, na qualidade de associado, sobre temas de ordem políticopartidário ou religioso principalmente em público ou em meio de comunicação em geral; Art. 8° - São direitos dos Associados:
- a) Votar e ser votado, em conformidade com o Art. 6º desse Estatuto;
- b) Propor sugestões de interesse geral associativo;
- c) Solicitar esclarecimentos aos dirigentes às explicativas quanto aos atos e resoluções que lhes pareçam desviar-se das disposições deste Estatuto;
- d) Apresentar novos associados para ingresso no quadro associativo na forma legal;
- e) Propor a admissão, a demissão e a exclusão de sócios.
- Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária mediante requerimento de
 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos e Fundadores que estejam em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo único. Perderá a qualidade de associado, todo aquele que infringir as disposições do presente Estatuto, ou, a critério da Diretoria ou do Conselho de Administração, aquele que deixar de contribuir, nos tennos do Artigo 6°, alínea "a", pelo prazo consecutivo de 01 (um) ano.

Art. 9° - A exclusão ou desligamento voluntário de sócio será referenciada pelo Conselho de Administração na primeira reunião após a Assembleia que deliberar sobre o afastamento do sócio, independente de convocação.

Parágrafo único. Da decisão que decretar a exclusão do sócio caberá recurso à Assembleia Geral, convocada exclusivamente para este fim.

Art. 10° - É proibida a distribuição dos bens ou parcela do patrimônio líquido do IDENE, em qualquer hipótese, inclusive em razão do desligamento ou de qualquer outra forma de desqualificação do associado.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



DA ESTRUTURA

Art. 11° - O IDENE terá os seguintes órgãos de deliberação, administração, fiscalização:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal e Administrativo.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12° - A Assembleia Geral, orgão soberano de deliberação da Associação, constituise dos sócios de todas as categorias e em pleno gozo dos seus direitos sociais, que se reunirão para apreciar assuntos de interesse da mesma, constantes da pauta da convocação, tomando as decisões que julgar conveniente.

Art. 13° - A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – Ordinariamente, até o mês de maio de cada ano, para deliberar sobre as contas e o Balanço Patrimonial do exercício findo e, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, no mês de abril, para proceder à eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos membros do Conselho de Administração;

II – Extraordinariamente, em qualquer tempo, por convocação do Diretor Presidente, do Conselho Fiscal e Administrativo ou por solicitação de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais, para deliberar, unicamente, sobre o (s) assunto (s) objeto da sua convocação.

§ 1°. As Assembleias Gerais Ordinárias previstas neste artigo poderão incluir, ainda, na pauta da sua convocação outros assuntos de interesse da Associação.

§ 2°. Caso o Diretor Presidente retarde a convocação das Assembleias Gerais Ordinárias, esta poderá ser realizada pelo Conselho Fiscal e administrativo.

Art. 14° - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Diretor Presidente, ou seu substituto legal, por edital a ser publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação na Capital, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mencionando o dia, local, hora e o(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s).





- § 1º. A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Diretor Presidente ou seu substituto legal bem como pelo Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo ou por 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos e Fundadores por edital em Órgão Oficial ou em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 2 (dois) dias, mencionando o dia, local, hora e o(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s).
- § 2º. As Assembleias Gerais serão sempre instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, salvo nos seus impedimentos legais e por ocasião da apresentação das contas da Associação, quando será proclamado um dos associados efetivos e ou fundadores para dirigir os trabalhos.
- § 3°. O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e escriturar a ata da mesma, bem como nomeará, ainda, 1 (um) escrutinador quando se tratar de eleição.
- Art. 15° As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes.
- § 1°. O associado presente à Assembleia Geral deverá identificar-se e assinar a lista de Presença, sendo permitida a representação por um procurador especialmente constituído para este fim.
- § 2°. Não será permitida a um mesmo procurador a representação de mais de um sócio.
- § 3°. Caberá ao presidente da Assembleia Geral decidir por voto de desempate quando for o caso.
- Art. 16° O "quorum" para a apreciação e deliberação sobre os assuntos indicados nos incisos IX e X do Art. 17 deste estatuto será, obrigatoriamente, de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, não podendo a Assembleia Geral ser instalada, em qualquer convocação, para tais deliberações, com número inferior a 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto.

Parágrafo único. O presente Estatuto é reformável, no tocante à administração, pelo consenso dos seus membros e com o "quorum" previsto no caput, sendo, posteriormente, registrado no Cartório competente.

Art. 17° - Compete à Assembleia Geral:

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092 A



conformidade com a Lei;

- I Definir o âmbito, os objetivos e as diretrizes de atuação da entidade, tudo em
- II Eleger os associados para a composição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal
 e Administrativo;
- III Deliberar sobre as contas e o Balanço Patrimonial de cada exercício financeiro da entidade;
- IV Conhecer, discutir e aprovar, anualmente, o Plano de Ação e o Orçamento elaborado pela Diretoria Executiva;
- V Referendar proposta da Diretoria Executiva para a concessão do título de novos sócios;
- VI Julgar recursos contra atos ou decisões da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal e Administrativo;
- VII Deliberar sobre reforma ou alteração deste Estatuto;
- VIII Resolver os casos omissos neste Estatuto e aqueles que lhe forem apresentados pela Diretoria Executiva, pelo Fiscal e Administrativo ou, ainda, por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais;
- IX Deliberar sobre a dissolução da Associação e o destino dos seus bens patrimoniais;
- X Destituir os administradores, diretores ou membros eleitos do Fiscal e Administrativo;
- XI Deliberar sobre afastamento de associado por motivo de desligamento voluntário ou exclusão;
- XII Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação à gestão e aos serviços sob a responsabilidade da entidade, adotando as providências cabíveis.
- Art. 18° Os trabalhos das reuniões da Assembleia Geral serão registrados em ata, lavrada em instrumento próprio, com lista de presentes.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos neste artigo serão confeccionados no padrão de folhas soltas, através de sistema informatizado, seguindo o padrão de tamanho A-4, pelo qual se identificará o seu número sequencial, lavrado e assinado pelo Secretário da

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092

Idenenordeste@gmail.com



Diretoria Executiva, que cuidará, ainda, de rubricar todas as suas páginas e arquivar digitalmente.

Art. 19° - O presidente do Conselho Fiscal e Administrativo fará afixar em local visível da sede do IDENE para conhecimento do público os relatórios e balancetes financeiros abaixo discriminados, até três dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral que avaliará, os seguintes documentos:

- a) relatório das atividades desenvolvidas no exercício que se епсетта;
- b) balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- c) relatório e demonstração financeira alusivos ao Contrato de Gestão.

Art. 20° - A eleição do representante dos associados do Fiscal e Administrativo far-se-á com observância dos seguintes princípios:

I – Elegibilidade dos associados em dia com as suas obrigações, definidas no Regimento Interno;

II – Inscrição de candidato junto à Comissão de Eleição, até 48 (quarenta e oito) horas
 antes do horário designado para realização da Assembleia;

III – Eleição por voto direto, nominal e aberto sendo considerado eleito o candidato que obtiver maioria simples de votos, não computados os votos brancos e nulos.

IV – No caso de nenhum dos candidatos obter maioria simples no primeiro escrutínio, proceder-se-á a um segundo, com os candidatos mais votados no primeiro, sendo considerado eleito o que obtiver, nesse escrutínio, maioria simples não computados os votos em branco e nulos; caso persista o impasse, será considerado eleito o associado que o seja há mais tempo.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21° - A Diretoria Executiva, eleita pelos associados em Assembleia Geral Ordinária, é órgão deliberativo e controlador, com poderes para planejar, orientar e fazer executar os planos e programas de trabalho, composta por:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Tesoureiro;

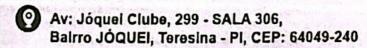
- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092 A Idenenordeste@gmail.com

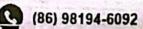


- § 1º. É vedado aos membros da Diretoria Executiva a percepção de remuneração, vantagens ou beneficios, por qualquer forma ou título, salvo disposição contrária em Lei. Art. 22° - Compete à Diretoria Executiva do IDENE, com atribuições e poderes que a lei
- a) Submeter à Assembleia Geral o Relatório Circunstanciado das Atividades do IDENE acompanhado da Prestação de Contas englobando as Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria Independente, com o competente parecer do Conselho Fiscal e
- b) Preparar e encaminhar para a deliberação da Assembleia Geral o Plano Plurianual, o Plano de Ação e o Orçamento para cada novo exercício financeiro da associação;
- d) Fiscalizar o integral cumprimento deste Estatuto e resolver os casos omissos, exceção
- e) Analisar, discutir e aprovar o Regulamento Interno, os regimentos dos órgãos e departamentos, bem como as demais normas de procedimento administrativo da
- n Expedir todas as suas decisões por ato denominado: Resolução da Diretoria Executiva;
- g) Propor à Assembleia Geral o valor da contribuição prevista no Art. 6, alínea "a";
- h) Fiscalizar todos os serviços administrativos da associação e de seus órgãos ou
- i) A aquisição, alienação e oneração de bem imóvel, móvel e equipamento, assim como confissão de dívida com garantia real ou pessoal, ressalvados aqueles atos de competência
- k) Aprovar as normas gerais sobre contratos, convênios e ajustes, provindas dos diversos
- 1) Decidir sobre aplicações financeiras, ouvindo o Conselho Fiscal e Administrativo, desde que tais operações se revistam de segurança e liquidez;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
 - (96) 98194-6092



- m) Criar comissões especiais para o exame dos assuntos que julgarem necessários à consecução dos objetivos sociais;
- n) Contratar os profissionais necessários à execução dos serviços do IDENE, bem como dispensá-los;
- o) Elaborar e encaminhar para "aprovação" do Conselho Fiscal e Administrativo, o Regulamento próprio contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações que visem o cumprimento da finalidade do contrato de gestão;
- p) Nomear administradores e procuradores;
- q) Elaborar e encaminhar para "aprovação" do Conselho Fiscal e Administrativo, o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados de unidade pública sob gestão;
- r) Designar e dispensar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, os membros das Superintendências;
- s) Fixar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, a remuneração dos Superintendentes, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondentes à sua área de atuação.
- § 1º. Para desempenho das atividades que levem ao cumprimento de suas finalidades e objetivos, a Diretoria Executiva do IDENE poderá preencher o seu quadro funcional com técnicos, cedidos pela Prefeitura Municipal ou outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, via Termo de Cessão.
- § 2°. O mandato da Diretoria Executiva do IDENE será de 04 (quatro) anos, podendo haver reeleição.
- § 3°. Ocorrendo falecimento, renúncia ou qualquer outra forma de impedimento de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros da Diretoria Executiva, será convocada e instalada Assembleia Geral Extraordinária, que procederá à destituição dos demais membros desta mesma diretoria e do Conselho Fiscal, eleitos naquela mesma oportunidade, realizando-se eleições gerais para composição de nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que terão posse imediata.







§ 4º A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Administrativo, eleitos em conformidade com as disposições do parágrafo anterior, terão um mandato de 4 (quatro) anos, deduzindo-se deste período o tempo já decorrido no ano civil da eleição, contado em dias.

Art. 23° - Ao Presidente da Diretoria Executiva compete:

- a) Representar o IDENE, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e da própria Diretoria e participar das reuniões do Conselho Fiscal e Administrativo;
- c) Realizar todos os atos de direção implícita ou explicitamente atribuídos por este Estatuto, podendo delegar atribuições por qualquer instrumento previsto na legislação;
- d) Promover a execução das deliberações dos órgãos mencionados na alínea "b" acima;
- e) Autorizar despesas extraordinárias e urgentes, não previstas no Plano de Ação ou no Orçamento do exercício, "ad referendum" da Assembleia Geral;
- 1) Assinar, com o Secretário Geral, os títulos de associados e diplomas conferidos pela associação:
- g) Aprovar, alterando se necessário, a organização dos quadros de pessoal da estrutura da associação;
- h) Contratar, nomear e demitir funcionários, determinando funções e vencimentos;
- i) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; emitir, endossar e avalizar títulos de créditos e/ou ordens de pagamento; celebrar contratos de financiamento com bancos e estabelecimentos de crédito em geral, quer por cédula de crédito bancário, comercial ou industrial, contrato de capital de giro, ou qualquer outra forma de empréstimo, ofertando as garantias necessárias quer por aval, endosso, cessão ou outras quaisquer formas exigidas, podendo delegar poderes para tal;
- j) Propor alterações neste Estatuto;
- k) Receber ou autorizar que sejam recebidos quaisquer auxílios ou subvenções oriundas tanto de entidades públicas, autarquias ou particulares;
- 1) Fazer delegações de competência aos Diretores, Superintendentes, Chefes de serviços e funcionários, quando se fizer necessário;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
 - (86) 98194-6092

Idenenordeste@gmall.com



m) Encaminhar para publicação os Relatórios e Demonstrações Financeiras bem como o Relatório de Auditoria Independente, no Diário Oficial de cada Entidade federativa a que se vincula o respectivo Contrato de Gestão e ainda, em pelo menos jornal de grande circulação do Estado.

Parágrafo único. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, no caso de impedimento, ausência ou renúncia.

Art. 24° - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Auxiliar o Presidente em suas atribuições.

Art. 25° - Compete ao Tesoureiro:

- a) Supervisionar a receita e a despesa do IDENE;
- b) Visar às autorizações de despesas feitas pelo presidente, passar recibos e dar quitações, sempre em conjunto com o presidente;
- c) Acompanhar a elaboração da prestação de contas, quando necessário, para apreciação do Conselho Fiscal e Administrativo;
- Committee the Committee of the
- d) Acompanhar a Escrituração da Movimentação Financeira;
- e) Apresentar nas reuniões de Diretoria, do Conselho Fiscal e nas Assembleias Gerais, a posição financeira da associação;
- f) Acompanhar a organização e manutenção do cadastro dos bens patrimoniais do IDENE.
- Art. 26° Em caso de renúncia ou morte de qualquer membro da Diretoria Executiva, esta designará seu substituto entre os demais membros da mesma Diretoria Executiva, devendo o indicado exercer as respectivas funções até o término do mandato do substituído.

Art. 27° - Compete ao Secretário:

- a) Secretariar reuniões e assembleias;
- b) Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais;
- c) Promover a divulgação dos serviços do IDENE, objetivando sua integração na comunidade;
- d) Redigir toda a correspondência que lhe for confiada;
 - Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240



- e) Apresentar ao Presidente, em tempo hábil, todos os documentos que devam ser assinados:
- f) Responsabilizar-se pelo zelo e guarda de toda documentação da Entidade;
- g) Organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da associação.

DO CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO

Art. 28° - O Conselho de Administração é órgão deliberativo e fiscalizador, com poderes para orientar, referendar e vetar os planos e programas de trabalho propostos e que estejam em desacordo com o âmbito de atuação da Entidade, sem prejuízo das demais disposições contidas no presente Estatuto.

Art. 29° - O Conselho Fiscal e Administrativo será presidido por membro eleito entre os membros deste mesmo Conselho, e será composto por 3 (três) membros, eleitos pelos sócios fundadores dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, associado ou não;

Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo, na ausência ou impedimento do Presidente, será o membro mais idoso dentre os membros do Conselho.

Art. 30° - Compete ao Conselho Fiscal e Administrativo:

 I – Aprovar a proposta de celebração de contrato de gestão e gerenciamento de unidade pública;

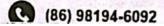
II - Referendar ou contestar o Relatório Circunstanciado das atividades, acompanhado da Prestação de Contas, englobando as Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria Independente elaborado pela Diretoria para apresentação à Assembleia Geral;

III - Aprovar ou vetar proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - Fiscalizar o integral cumprimento deste Estatuto e resolver os casos omissos, na área de sua competência;

V – Analisar, discutir e aprovar alterações no Estatuto, no Regimento Interno da entidade e Manual de Recursos Humanos da unidade pública sob gestão, que deverá dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;

> Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - Pl. CEP: 64049-240







 VI – Nomear comissões para opinar sobre propostas de admissão de associados, para realizar sindicâncias e para outras finalidades, a julzo do Conselho Fiscal e Administrativo;

VII – Expedir todas as suas decisões por ato denominado: Resolução do Conselho Fiscal
 e Administrativo;

VIII – Aprovar, por no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros, proposta de Regulamento próprio, elaborado pela Diretoria Executiva, contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações que visam o cumprimento da finalidade do contrato de gestão;

 IX – Fiscalizar todos os serviços administrativos da Associação e de seus órgãos ou departamentos;

 X – Aprovar o plano de cargos, salários e beneficios dos empregados de unidade pública sob gestão elaborado pela Diretoria Executiva;

YI – Aprovar e encaminhar, ao órgão superior do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades de unidade pública sob gestão, elaborados pelas Diretorias;

XII – Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas para o contrato de gestão, aprovando os demonstrativos financeiros e contábeis, bem como as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Art. 31° - O Conselho Fiscal e Administrativo se reunirá, ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente ou seu substituto legal.

§ 1°. As deliberações do Conselho Fiscal e Administrativo serão tomadas pela maioria simples de votos de seus membros, ressalvadas as disposições contrárias estabelecidas neste ESTATUTO, competindo ao seu Presidente o voto de qualidade.

§ 2°. Os membros do Conselho Fiscal e Administrativo poderão votar e participar de reuniões por meio de videoconferência, quando assim instalada a reunião.

§ 3°. É vedada a representação de membro do Conselho Fiscal e Administrativo em suas reuniões, por procurador.

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092



§ 4°. O superintendente ou gestor responsável por cada unidade pública sob gestão do IDENE, quando convocado, e ainda, o Presidente da Diretoria Executiva da associação devem participar das reuniões do Conselho Fiscal e Administrativo, sem direito a voto.

Art. 32" - O Conselheiro que faltar, injustificadamente, a três reuniões ordinárias consecutivas, perderá o mandato.

Art. 33° - O Conselho Fiscal e Administrativo será composto para um mandato de 4 (quatro) anos, admitida apenas uma recondução

Parágrafo Único. O membro reconduzido poderá ser eleito novamente, observado o intervalo de um mandato.

Art. 34° - Ao Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo, eleito anualmente entre seus pares, caberá:

- I Convocar e dirigir as reuniões do seu Conselho;
- II Nomear um Secretário para exercer as funções decorrentes;
- III designar, entre os membros, um relator dos assuntos a serem examinados;
- IV Assinar a correspondência;
- V Convocar a Assembleia Geral;
- VI Promover a execução das deliberações do Conselho Fiscal e Administrativo;
- VII Propor alterações neste Estatuto.
- Art. 35° Em caso de afastamento de algum membro do Conselho Fiscal e Administrativo, durante a vigência do respectivo mandato, deverá ser eleito substituto no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Art. 36° - São órgãos subordinados à Diretoria Executiva, cujos cargos, funções, atribuições e competências serão definidos no Regimento Interno da Entidade.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO PATRIMÔNIO

Art. 37º - Constituem patrimônio da Associação:

- O Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092

Idenenordeste@gmail.com



I – Bens imóveis e móveis, inclusive os equipamentos, adquiridos ou que vierem a ser

II - Bens de qualquer natureza e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em earáter definitivo por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou

III - Doações ou contribuições de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Art. 38º - Os bens e direitos da Associação serão utilizados exclusivamente na consecução dos seus objetivos institucionais, sendo permitida a sub-rogação para obtenção de rendas destinadas aos mesmos fins, empregando o eventual superávit na expansão dos serviços, ampliação e melhoria das atividades sociais.

Art. 39° - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação e seus

I - Rendas de que venha a auferir como remuneração decorrente da aplicação do seu patrimônio, inclusive as resultantes da prestação de serviços a particulares, contratos e convênios mantidos ou executados nos termos do Art. 3°;

II – Dotações orçamentárias, auxílios e subvenções federais, estaduais e municipais;

III - Doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas à aplicação em despesas correntes;

IV - Fundos oriundos de campanhas ou promoções específicas para a concretização de determinados objetivos sociais;

V – Contribuições dos sócios efetivos;

VI - Outras rendas;

VII - Saldos financeiros positivos apurados em balanço.

Parágrafo único. Observada a legislação em vigor, a Associação poderá contrair empréstimos para o financiamento de suas atividades, desde que comprovada a capacidade de endividamento e aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 40° - É vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio da Associação, sob nenhuma forma ou pretexto.

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240 Idenenordeste@gmail.com
- (86) 98194-6092



- Art. 41° A Associação não remunerará ou concederá vantagens ou beneficios por qualquer forma ou título a seus conselheiros, associados, instituidores, diretores, benfeitores ou equivalentes, quando somente nesta qualidade, salvo disposição contrária em lei.
- Art. 42° A Associação adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e/ou vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios.
- Art. 43° A Associação terá um Regimento Interno que, aprovado em Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Parágrafo único. A fim de cumprir sua finalidade, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no Caput deste Artigo.

- Art. 44° A Associação aplicará integralmente, no território nacional, suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- Art. 45° A entidade poderá ser dissolvida no caso de não atender aos objetivos a que foi determinada neste Estatuto, por decisão judicial ou por decisão da Assembleia Geral. § 1°. Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio remanescente, após satisfeitas as obrigações assumidas, terá sua destinação definida através de Assembleia Geral, na forma da lei.
- § 2°. Na hipótese de desqualificada como organização social, o eventual patrimônio obtido em decorrência de contrato de gestão firmado com o poder público, será revertido ao patrimônio público federal, Estadual ou municipal ou a outra organização social qualificada, na proporção dos bens alocados pelo ente contratante
- Art. 46° O exercício social e financeiro coincidirá com o ano civil, e a 31 de dezembro de cada ano será levantado o Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos, para a apuração dos resultados, nos termos da legislação fiscal e contábil vigentes.

Parágrafo único. O Balanço Patrimonial e os demonstrativos contábeis ficarão sujeitos a auditoria externa, parecer do Conselho Fiscal e Administrativo, devendo ser publicados

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092



em Diários Oficiais ou jornais de grande circulação, especialmente se a entidade tiver recebido recursos públicos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47° – A Associação reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, prevalecendo os dispositivos que norteiam as legislações que regem as entidades civis com fins não econômicos.

Art. 48º - Na prestação de contas, a Associação observará as seguintes normas:

- a) A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal.

DOS COOPERADORES E CORPO TÉCNICO

Art. 49° – Para auxiliar a Associação no alcance de seus objetivos, fica criado o Grupo de Voluntários, representado por pessoas que se inscreverem na Associação, com a finalidade de prestar determinadas atividades sociais, tais como visitas a domicilios carentes ou em situação de vulnerabilidade social, organização de eventos, trabalhos manuais, técnicos de transmissão de conhecimentos e outras colaborações nos serviços mantidos pela Associação.

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092





Art. 50° – A bem da operacionalidade da Associação, poderá montar grupos de estudos multiprofissionais.

DO PROCESSO ELETIVO

Art. 51° - O Edital de Convocação da Assembleia Geral será divulgado 15 (quinze) dias antes da data da eleição, devendo conter a data, local e horário da realização da

Art. 52° - O registro das Chapas, com anuência expressa dos candidatos, será feito perante a Comissão Eleitoral designada pela Diretoria Executiva da Associação, para composição de Chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e Administrativo. O requerimento, contendo o nome dos candidatos e respectivos cargos, deverá ser protocolado até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da eleição.

Parágrafo único. Serão considerados elegíveis somente os associados que estiverem em conformidade com o disposto neste Estatuto, em pleno exercício de seus direitos e cumprindo seus deveres regularmente com a Associação.

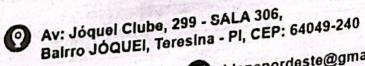
Art. 53° - Compete à Comissão Eleitoral, após o término do prazo para registro das Chapas de Candidatos, verificar sua regularidade, bem como decidir sobre eventuais impugnações apresentadas no mesmo prazo de registro.

§ 1°. A confecção da cédula observará a ordem de inscrição.

§ 2°. A Comissão Eleitoral será composta por três membros designados pela Diretoria

Art. 54° - Para a instalação da Assembleia Geral Eletiva, será exigido em primeira convocação, a presença de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de associados, após intervalo de 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 55° - A posse dos membros eleitos para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Administrativo será realizada imediatamente após a apuração dos votos, ou em reunião solene previamente marcada. Na Assembleia Geral de posse, será lavrada a Ata em instrumento próprio, firmado por todos os membros empossados e demais presentes na Assembleia, devendo ser posteriormente registrada no Cartório de Títulos e Documentos.





(86) 98194-6092





Parágrafo único. A posse dos membros do Conselho Fiscal e Administrativo poderá ocorrer na mesma data da posse dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 56° - Na eventual ocorrência de extinção ou dissolução da Entidade, caberá ao responsável pelo ato criar uma comissão formada por cinco membros, compostos por dois membros do Conselho Fiscal e Administrativo e três membros da Diretoria Executiva, para conduzir os procedimentos legais que assegurem o encerramento das atividades sociais.

Art. 57º - Os casos omissos neste Estatuto serão interpretados e decididos pela Diretoria Executiva, referendados pela Assembleia Geral.

Art. 58º - Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Estatuto.

Teresina, 3 de julho de 2024.

Assinaturas:

JAQUELINE DA SILVA ARAUJO:04812245303

Assinado de forma digital por JAQUELINE DA SILVA ARAUJO:04812245303

Jaqueline da Silva Araújo

CPF:048.122.453-03

Diretor(a) Presidente

PAULO GEOVANO BATISTA Assinado de forma digital por DANTAS:03465564308

PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS:03465564308

Paulo Geovano Batista Dantas

CPF:034.655.643-08

Conselho Fiscal e Administrativo

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092

Idenenordeste@gmall.com



DANTAS:06725071376

MURILO HENRIQUE BATISTA Assinado de forma digital por MURILO HENRIQUE BATISTA DANTAS:06725071376

Murilo Henrique Batista Dantas

CPF:067.250.713-76

Diretor Tesoureiro

LUIS CARLOS BATISTA

Assinado de forma digital DE SOUSA:05253524304 DE SOUSA:05253524304

Luís Carlos Batista de Sousa

CPF:052.535.243-04

Diretor Secretário

FRANCISCO QUARESMA DE Assinado de forma digital por FRANCISCO

QUARESMA DE CARVALHO NETO CARVALHO NETO

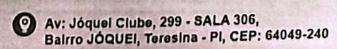
Francisco Quaresma de Carvalho Neto

OAB PI 19.826

Advogado

Go sob o n° AV-5-1785 no livro PESSOA JURÍDICA nº 31 em 3/07/2024 09:02:46, Protocolado sob o nº 2752 no LIVRO DE ROTOCOLO DE PESSOA JURIDICA nº 2 em 23/07/2024, Selo: CONSULTE EM www.tjpl.jus.br/portalextra





(86) 98194-6092

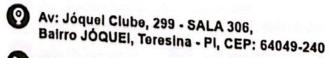


Idenenordeste@gmall.com



ATA DE ASSEMBLÈIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, com o quórum atingido em primeira convocação, reunindo-se os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal-Administrativo na sede do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE), inscrito no CNPJ sob o nº 20.124.920/0001-29, situada no Edificio Eurobusiness, sala 306, 3º andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina, Piauí, CEP: 64049-917, para dar início à Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a alteração do Estatuto, em conformidade com o Art. 17, inciso VII do Estatuto do IDENE. A Sra. Jaqueline da Silva Araújo presidiu a sessão, iniciando com um agradecimento pela presença dos membros e ressaltando a importância das deliberações que seriam tomadas. O Sr. Luís Carlos Batista de Sousa procedeu à leitura do projeto de alteração do estatuto, que, após discussão, foi unanimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar, eu, Luís Carlos Batista de Sousa, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes. ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE. CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, OBJETIVO SOCIAL, FINALIDADE E DURAÇÃO. Art. 1º- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE), inscrito no CNPJ: 20.124.920/0001-29, é uma organização da sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de natureza filantrópica, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável. Art. 2°- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste, também designado como "IDENE", tem sua sede na Av. Jóquei Clube, 299, sala 306, Ed. Eurobusiness, Bairro Jóquei, Teresina-PI, CEP: 64.049-917. Art. 3°. O IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Nordeste) tem como objetivos: I - Promoção da assistência social; II - Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações nos termos da Lei; IV - Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de



(86) 98194-6092



participação das organizações nos termos da Lei; gestão de programas gratuitos na área da saude, gerir unidades de saude, disponibilizar recursos humanos, desenvolver programas de atenção básica à saúde abrangendo prevenção, atendimento primário, secundário e terciário, urgências, emergências, diagnósticos, terapêuticas, órteses, próteses, pesquisas, produção e distribuição de medicamentos e equipamentos essenciais à saúde pública em espaços próprios, cedidos ou alugados; V - Promoção da segurança alimentar e nutricional; VI- Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII- Promoção do voluntariado; VIII-Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX-Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X- Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI- Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII- Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; XIII- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. XIV- Fomentar a execução de obras de infraestrutura urbana e rural, para o desenvolvimento econômico e social. Art. 4º - O IDENE (Instituto de Desenvolvimento do Nordeste) tem como finalidade: I - Manter e/ou apoiar instituições que se dediquem à promoção humana, à qualificação profissional e à inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos; II - Recomendar, sugerir, apoiar e, na medida do possível, financiar ações, projetos e programas que tenham por objetivo eliminar as barreiras e os obstáculos que dificultam o acesso ao mundo do trabalho e aos benefícios materiais e culturais socialmente produzidos; III - Atuar junto às autoridades, aos estabelecimentos de ensino, às empresas e aos órgãos formadores de opinião pública no sentido de criar uma mentalidade de responsabilidade cívica em relação aos grupos mais suscetíveis à discriminação, ao preconceito e à exclusão social; IV - Firmar contratos, convênios, acordos ou parcerias com órgãos e instituições, públicas e privadas, nacionais e

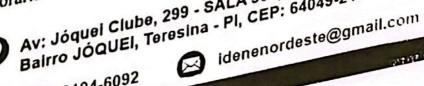


^{(86) 98194-6092}





estrangeiras, cujos objetivos estejam em consonância com os objetivos desta Associação; V - Promover e apoiar eventos culturais, científicos, esportivos, artísticos, sociais e outros cuja temática esteja vinculada aos objetivos desta Associação; VI - Sugerir e apoiar experiências de inclusão social, particularmente de escolas e associações que trabalham na linha da educação inclusiva. VII - Celebrar convênios e empréstimos junto à entidade Creditícia elaborar, adquirir e executar junto ao Governo Federal e Governo Estadual projetos de moradia popular para a população, através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais. VIII - Firmar termo de cooperação técnica para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), voltado para agricultura familiar e povos tradicionais; IX - Promover e apoiar, através de cursos de capacitação e formação, bem como eventos e programas de desenvolvimento voltados ao turismo. Art. 5° - O prazo de duração da Associação é indeterminado. CAPÍTULO II. DOS ASSOCIADOS SEUS DIREITOS E DEVERES. Art. 6° - O IDENE compor-se-á das categorias de associados abaixo evidenciadas, considerando o processo de admissão dos associados como sendo o preenchimento de um formulário de adesão aos objetivos da Associação, sendo aprovado pela Assembléia Geral; a) Associados Efetivos, serão aqueles que contribuírem regularmente com trabalho em prol dos objetivos do IDENE, e financeiramente mediante o pagamento de mensalidades, cujo valor deverá ser fixado anualmente em Assembleia Geral dos Sócios, podendo votar e ser votado; b) Associados Fundadores serão assim considerados signatários, podendo votar e ser votado; c) Associados Contribuintes, serão aqueles que se inscreverem para doações de importâncias mensais, esporádicas ou anuais, a seu critério, sem outras obrigações de caráter social, sendo vedado, votar e ser votado para a composição da Diretoria da Associação Conselho Fiscal e Administrativo, bem como outros Órgãos Deliberativos, quando nessa qualidade de Associado; d) Associados Beneméritos, os que, sendo associados ou não, tenham prestado serviços relevantes ao IDENE, quer sejam de ordem técnica, social ou patrimonial, sendo vedado, votar e ser votado para a composição da Diretoria da Associação, Fiscal e Administrativo, bem como outros Órgãos Deliberativos, quando nessa qualidade de Associado; § 1º. Poderá ser concedido o título de Associado Honorário em razão da notoriedade da pessoa ou de Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240





serviços relevantes prestados ao IDENE ou à comunidade; § 2º. Poderá ser concedido o título de Associado Protetor a pessoa que preste assistência jurídica ou que por qualquer outra forma proteja o IDENE. § 3º. Será ilimitado o número de associados em cada categoria. § 4º. Os associados não responderão direta e/ou subsidiariamente pelas obrigações do IDENE. § 5°. Não há direitos e obrigações recíprocos entre os associados. § 6°. Poderão ser admitidos novos associados, a qualquer tempo, na forma que dispuser este Estatuto. Art. 7º - São deveres dos Associados: a) Prestigiar o IDENE, respeitando as disposições estatutárias, regimentais e as decisões da Diretoria, da Assembleia Geral e Órgãos Deliberativos, cooperando para o seu engrandecimento financeiro, material e social; b) Colaborar com o IDENE, apresentando planos e sugestões; c) Participar das Assembléias, sempre que convocados; d) Aceitar e desempenhar com dignidade e sem qualquer interesse pessoal ou político, os cargos a que forem eleitos; e) Comunicar mudança de endereço residencial ou comercial; f) Manifestar-se sobre atos irregulares da Diretoria e recorrer quando estes forem apurados e devidamente comprovados. g) É vedado se pronunciar, na qualidade de associado, sobre temas de ordem políticopartidário ou religioso principalmente em público ou em meio de comunicação em geral; Art. 8° - São direitos dos Associados: a) Votar e ser votado, em conformidade com o Art. 6º desse Estatuto; b) Propor sugestões de interesse geral associativo; c) Solicitar esclarecimentos aos dirigentes às explicativas quanto aos atos e resoluções que lhes pareçam desviar-se das disposições deste Estatuto; d) Apresentar novos associados para ingresso no quadro associativo na forma legal; e) Propor a admissão, a demissão e a exclusão de sócios. f) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária mediante requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos e Fundadores que estejam em pleno gozo de seus direitos. Parágrafo único. Perderá a qualidade de associado, todo aquele que infringir as disposições do presente Estatuto, ou, a critério da Diretoria ou do Conselho de Administração, aquele que deixar de contribuir, nos termos do Artigo 6º, alínea "a", pelo prazo consecutivo de 01 (um) ano. Art. 9º - A exclusão ou desligamento voluntário de sócio será referenciada pelo Conselho de Administração na primeira reunião após a Assembleia que deliberar sobre o afastamento do sócio.

> Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240

(86) 98194-6092



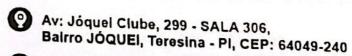
independente de convocação. Parágrafo único. Da decisão que decretar a exclusão do sócio caberá recurso à Assembleia Geral, convocada exclusivamente para este fim. Art. 10° - È proibida a distribuição dos bens ou parcela do patrimônio líquido do IDENE, em qualquer hipótese, inclusive em razão do desligamento ou de qualquer outra forma de ORGANIZAÇÃO DA 111. CAPITULO associado. desqualificação do ADMINISTRATIVA. DA ESTRUTURA. Art. 11º - O IDENE terá os seguintes órgãos de deliberação, administração, fiscalização: a) Assembléia Geral; b) Diretoria Executiva; c) Conselho Fiscal e Administrativo. DA ASSEMBLEIA GERAL. Art. 12° - A Assembleia Geral, órgão soberano de deliberação da Associação, constituí-se dos sócios de todas as categorias e em pleno gozo dos seus direitos sociais, que se reunirão para apreciar assuntos de interesse da mesma, constantes da pauta da convocação, tomando as decisões que julgar conveniente. Art. 13° - A Assembleia Geral reunir-se-á: I -Ordinariamente, até o mês de maio de cada ano, para deliberar sobre as contas e o Balanço Patrimonial do exercício findo e, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, no mês de abril, para proceder à eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos membros do Conselho de Administração; II - Extraordinariamente, em qualquer tempo, por convocação do Diretor Presidente, do Conselho Fiscal e Administrativo ou por solicitação de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais, para deliberar, unicamente, sobre o (s) assunto (s) objeto da sua convocação, § 1º. As Assembleias Gerais Ordinárias previstas neste artigo poderão incluir, ainda, na pauta da sua convocação outros assuntos de interesse da Associação. § 2º. Caso o Diretor Presidente retarde a convocação das Assembleias Gerais Ordinárias, esta poderá ser realizada pelo Conselho Fiscal e administrativo. Art. 14º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Diretor Presidente, ou seu substituto legal, por edital a ser publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação na Capital, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mencionando o dia, local, hora e o(s) assunto(s) a ser (em) tratado(s). § 1°. A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Diretor Presidente ou seu substituto legal bem como pelo Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo ou por 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos e Fundadores por edital em Órgão Oficial ou

- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092



em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 2 (dois) dias, mencionando o dia, local, hora e o(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s). § 2º. As Assembleias Gerais serão sempre instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, salvo nos seus impedimentos legais e por ocasião da apresentação das contas da Associação, quando será proclamado um dos associados efetivos e ou fundadores para dirigir os trabalhos. § 3º. O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e escriturar a ata da mesma, bem como nomeará, ainda, 1 (um) escrutinador quando se tratar de eleição. Art. 15º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes. § 1º. O associado presente à Assembleia Geral deverá identificar-se e assinar a lista de Presença, sendo permitida a representação por um procurador especialmente constituído para este fim. § 2°. Não será permitida a um mesmo procurador a representação de mais de um sócio. § 3º. Caberá ao presidente da Assembleia Geral decidir por voto de desempate quando for o caso. Art. 16º - O "quorum" para a apreciação e deliberação sobre os assuntos indicados nos incisos IX e X do Art. 17 deste estatuto será, obrigatoriamente, de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, não podendo a Assembleia Geral ser instalada, em qualquer convocação, para tais deliberações, com número inferior a 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto. Parágrafo único. O presente Estatuto é reformável, no tocante à administração, pelo consenso dos seus membros e com o "quorum" previsto no caput, sendo, posteriormente, registrado no Cartório competente. Art. 17º - Compete à Assembléia Geral: I - Definir o âmbito, os objetivos e as diretrizes de atuação da entidade, tudo em conformidade com a Lei; II - Eleger os associados para a composição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Administrativo; III - Deliberar sobre as contas e o Balanço Patrimonial de cada exercício financeiro da entidade; IV - Conhecer, discutir e aprovar, anualmente, o Plano de Ação e o Orçamento elaborado pela Diretoria Executiva; V - Referendar proposta da Diretoria Executiva para a concessão do título de novos sócios; VI - Julgar recursos contra atos ou decisões da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal e Administrativo; VII - Deliberar sobre reforma ou alteração deste Estatuto; VIII - Resolver os casos omissos neste Estatuto e aqueles que lhe forem apresentados pela Diretoria Executiva,

1 1 1



(86) 98194-6092

pelo Fiscal e Administrativo ou, ainda, por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos sócios no pleno gozo dos seus direitos sociais; IX - Deliberar sobre a dissolução da Associação e o destino dos seus bens patrimoniais; X - Destituir os administradores, diretores ou membros eleitos do Fiscal e Administrativo; XI - Deliberar sobre afastamento de associado por motivo de desligamento voluntário ou exclusão; XII - Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação à gestão e aos serviços sob a responsabilidade da entidade, adotando as providências cabíveis. Art. 18° - Os trabalhos das reuniões da Assembleia Geral serão registrados em ata, lavrada em instrumento próprio, com lista de presentes. Parágrafo único. Os instrumentos previstos neste artigo serão confeccionados no padrão de folhas soltas, através de sistema informatizado, seguindo o padrão de tamanho A-4, pelo qual se identificará o seu número sequencial, lavrado e assinado pelo Secretário da Diretoria Executiva, que cuidará, ainda, de rubricar todas as suas páginas e arquivar digitalmente. Art. 19º - O presidente do Conselho Fiscal e Administrativo fará afixar em local visível da sede do IDENE para conhecimento do público os relatórios e balancetes financeiros abaixo discriminados, até três dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral que avaliará, os seguintes documentos: a) relatório das atividades desenvolvidas no exercício que se encerra; b) balanço geral e demais demonstrações financeiras; c) relatório e demonstração financeira alusivos ao Contrato de Gestão. Art. 20º - A eleição do representante dos associados do Fiscal e Administrativo far-se-á com observância dos seguintes princípios: I - Elegibilidade dos associados em dia com as suas obrigações, definidas no Regimento Interno; II - Inscrição de candidato junto à Comissão de Eleição, até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário designado para realização da Assembléia; III - Eleição por voto direto, nominal e aberto sendo considerado eleita o candidato que obtiver maioria simples de votos, não computados os votos brancos e nulos. IV - No caso de nenhum dos candidatos obter maioria simples no primeiro escrutínio, proceder-se-á a um segundo, com os candidatos mais votados no primeiro, sendo considerado eleito o que obtiver, nesse escrutínio, maioria simples não computados os votos em branco e nulos; caso persista o impasse, será considerado eleito o associado que o seja há mais tempo. DA



(86) 98194-6092





DIRETORIA EXECUTIVA. Art. 21° - A Diretoria Executiva, eleita pelos associados em Assembleia Geral Ordinária, é órgão deliberativo e controlador, com poderes para planejar, orientar e fazer executar os planos e programas de trabalho, composta por: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) Tesoureiro; d) Secretário. § 1º. É vedada aos membros da Diretoria Executiva a percepção de remuneração, vantagens ou beneficios, por qualquer forma ou título, salvo disposição contrária em Lei. Art. 22º - Compete à Diretoria Executiva do IDENE, com atribuições e poderes que a lei lhe conferidos no Estatuto Social e Legislação: a) Submeter à Assembléia Geral o Relatório Circunstanciado das Atividades do IDENE acompanhado da Prestação de Contas englobando as Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria Independente, com o competente parecer do Conselho Fiscal e Administrativo; b) Preparar e encaminhar para a deliberação da Assembleia Geral o Plano Plurianual, o Plano de Ação e o Orçamento para cada novo exercício financeiro da associação; c) Aprovar a admissão e exclusão de associados; d) Fiscalizar o integral cumprimento deste Estatuto e resolver os casos omissos, exceção aos de competência da Assembléia Geral; e) Analisar, discutir e aprovar o Regulamento Interno, os regimentos dos órgãos e departamentos, bem como as demais normas de procedimento administrativo da associação; f) Expedir todas as suas decisões por ato denominado: Resolução da Diretoria Executiva; g) Propor à Assembléia Geral o valor da contribuição prevista no Art. 6, alínea "a"; h) Fiscalizar todos os serviços administrativos da associação e de seus órgãos ou departamentos; i) A aquisição, alienação e oneração de bem imóvel, móvel e equipamento, assim como confissão de dívida com garantia real ou pessoal, ressalvados aqueles atos de competência da Assembléia Geral; j) Aceitação de herança, legado ou doação; k) Aprovar as normas gerais sobre contratos, convênios e ajustes, provindas dos diversos órgãos ou departamentos da associação; l) Decidir sobre aplicações financeiras, ouvindo o Conselho Fiscal e Administrativo, desde que tais operações se revistam de segurança e liquidez; m) Criar comissões especiais para o exame dos assuntos que julgarem necessários à consecução dos objetivos sociais; n) Contratar os profissionais necessários à execução dos serviços do IDENE, bem como dispensá-los; o) Elaborar e encaminhar para

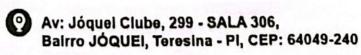


(86) 98194-6092





"aprovação" do Conselho Fiscal e Administrativo, o Regulamento próprio contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações que visem o cumprimento da finalidade do contrato de gestão; p) Nomear administradores e procuradores; q) Elaborar e encaminhar para "aprovação" do Conselho Fiscal e Administrativo, o plano de cargos, salários e beneficios dos empregados de unidade pública sob gestão; r) Designar e dispensar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, os membros das Superintendências; s) Fixar, "ad-referendum" do Conselho de Administração, a remuneração dos Superintendentes, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondentes à sua área de atuação. § 1º. Para desempenho das atividades que levem ao cumprimento de suas finalidades e objetivos, a Diretoria Executiva do IDENE poderá preencher o seu quadro funcional com técnicos, cedidos pela Prefeitura Municipal ou outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, via Termo de Cessão. § 2º. O mandato da Diretoria Executiva do IDENE será de 04 (quatro) anos, podendo haver reeleição. § 3º. Ocorrendo falecimento, renúncia ou qualquer outra forma de impedimento de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros da Diretoria Executiva, será convocada e instalada Assembleia Geral Extraordinária, que procederá à destituição dos demais membros desta mesma diretoria e do Conselho Fiscal, eleitos naquela mesma oportunidade, realizando-se eleições gerais para composição de nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que terão posse imediata. § 4º A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal e Administrativo, eleitos em conformidade com as disposições do parágrafo anterior, terão um mandato de 4 (quatro) anos, deduzindo-se deste período o tempo já decorrido no ano civil da eleição, contado em dias. Art. 23° - Ao Presidente da Diretoria Executiva compete: a) Representar o IDENE, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; b) Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e da própria Diretoria e participar das reuniões do Conselho Fiscal e Administrativo; c) Realizar todos os atos de direção implícita ou explicitamente atribuídos por este Estatuto, podendo delegar atribuições por qualquer instrumento previsto na legislação; d) Promover a execução das deliberações dos órgãos mencionados na alínea "b" acima; e) Autorizar despesas extraordinárias e urgentes, não previstas no









Plano de Ação ou no Orçamento do exercício, "ad referendum" da Assembléia Geral; f) Assinar, com o Secretário Geral, os títulos de associados e diplomas conferidos pela associação; g) Aprovar, alterando se necessário, a organização dos quadros de pessoal da estrutura da associação; h) Contratar, nomear e demitir funcionários, determinando funções e vencimentos; i) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; emitir, endossar e avalizar títulos de créditos e/ou ordens de pagamento; celebrar contratos de financiamento com bancos e estabelecimentos de crédito em geral, quer por cédula de crédito bancário, comercial ou industrial, contrato de capital de giro, ou qualquer outra forma de emprestimo, ofertando as garantias necessárias quer por aval, endosso, cessão ou outras quaisquer formas exigidas, podendo delegar poderes para tal; j) Propor alterações neste Estatuto; k) Receber ou autorizar que sejam recebidos quaisquer auxílios ou subvenções oriundas tanto de entidades públicas, autarquias ou particulares; l) Fazer delegações de competência aos Diretores, Superintendentes, Chefes de serviços e funcionários, quando se fizer necessário; m) Encaminhar para publicação os Relatórios e Demonstrações Financeiras bem como o Relatório de Auditoria Independente, no Diário Oficial de cada Entidade federativa a que se vincula o respectivo Contrato de Gestão e ainda, em pelo menos jornal de grande circulação do Estado. Parágrafo único. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, no caso de impedimento, ausência ou renúncia. Art. 24° - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos; b) Auxiliar o Presidente em suas atribuições. Art. 25° - Compete ao Tesoureiro: a) Supervisionar a receita e a despesa do IDENE; b) Visar às autorizações de despesas feitas pelo presidente, passar recibos e dar quitações, sempre em conjunto com o presidente; c) Acompanhar a elaboração da prestação de contas, quando necessário, para apreciação do Conselho Fiscal e Administrativo; d) Acompanhar a Escrituração da Movimentação Financeira; e) Apresentar nas reuniões de Diretoria, do Conselho Fiscal e nas Assembleias Gerais, a posição financeira da associação; f) Acompanhar a organização e manutenção do cadastro dos bens patrimoniais do IDENE. Art. 26° - Em caso de renúncia ou morte de qualquer membro da Diretoria Executiva, esta designará seu substituto entre os demais membros da mesma Diretoria Executiva, devendo o indicado



Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240



(86) 98194-6092



Idenenordeste@amail



exercer as respectivas funções até o término do mandato do substituído. Art. 27" -Compete no Secretário: a) Secretariar reuniões e assembléias; b) Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais; c) Promover a divulgação dos serviços do IDENE, objetivando sua integração na comunidade; d) Redigir toda a correspondência que lhe for confiada; e) Apresentar ao Presidente, em tempo hábil, todos os documentos que devam ser assinados; f) Responsabilizar-se pelo zelo e guarda de toda documentação da Entidade; g) Organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da associação. DO CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO. Art. 28° - O Conselho de Administração é órgão deliberativo e fiscalizador, com poderes para orientar, referendar e vetar os planos e programas de trabalho propostos e que estejam em desacordo com o âmbito de atuação da Entidade, sem prejuízo das demais disposições contidas no presente Estatuto. Art. 29º - O Conselho Fiscal e Administrativo será presidido por membro eleito entre os membros deste mesmo Conselho, e será composto por 3 (três) membros, eleitos pelos sócios fundadores dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, associado ou não; Parágrafo único. O Vice-Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo, na ausência ou impedimento do Presidente, será o membro mais idoso dentre os membros do Conselho. Art. 30° - Compete ao Conselho Fiscal e Administrativo: I - Aprovar a proposta de celebração de contrato de gestão e gerenciamento de unidade pública; II - Referendar ou contestar o Relatório Circunstanciado das atividades, acompanhado da Prestação de Contas, englobando as Demonstrações Financeiras e Relatório da Auditoria Independente elaborado pela Diretoria para apresentação à Assembleia Geral; III - Aprovar ou vetar proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos; IV - Fiscalizar o integral cumprimento deste Estatuto e resolver os casos omissos, na área de sua competência; V - Analisar, discutir e aprovar alterações no Estatuto, no Regimento Interno da entidade e Manual de Recursos Humanos da unidade pública sob gestão, que deverá dispor, no mínimo, sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências; VI - Nomear comissões para opinar sobre propostas de admissão de associados, para realizar sindicâncias e para outras finalidades, a juízo do Conselho Fiscal



e Administrativo; VII - Expedir todas as suas decisões por ato denominado: Resolução do Conselho Fiscal e Administrativo; VIII - Aprovar, por no mínimo, 1/5 (um quinto) de seus membros, proposta de Regulamento próprio, elaborado pela Diretoria Executiva, contendo os procedimentos para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações que visam o cumprimento da finalidade do contrato de gestão; IX - Fiscalizar todos os serviços administrativos da Associação e de seus órgãos ou departamentos; X - Aprovar o plano de cargos, salários e beneficios dos empregados de unidade pública sob gestão elaborada pela Diretoria Executiva; XI - Aprovar e encaminhar, ao órgão superior do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades de unidade pública sob gestão, elaborados pelas Diretorias; XII - Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas para o contrato de gestão, aprovando os demonstrativos financeiros e contábeis, bem como as contas anuais da entidade, com o auxilio de auditoria externa. Art. 31º - O Conselho Fiscal e Administrativo se reunirá, ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente ou seu substituto legal. § 1º. As deliberações do Conselho Fiscal e Administrativo serão tomadas pela maioria simples de votos de seus membros, ressalvadas as disposições contrárias estabelecidas neste ESTATUTO, competindo ao seu Presidente o voto de qualidade. § 2°. Os membros do Conselho Fiscal e Administrativo poderão votar e participar de reuniões por meio de videoconferência, quando assim instalada a reunião. § 3°. É vedada a representação de membro do Conselho Fiscal e Administrativo em suas reuniões, por procurador. § 4º. O superintendente ou gestor responsável por cada unidade pública sob gestão do IDENE, quando convocado, e ainda, o Presidente da Diretoria Executiva da associação devem participar das reuniões do Conselho Fiscal e Administrativo, sem direito a voto. Art. 32° - O Conselheiro que faltar, injustificadamente, a três reuniões ordinárias consecutivas, perderá o mandato. Art. 33° - O Conselho Fiscal e Administrativo será composto para um mandato de 4 (quatro) anos, admitida apenas uma recondução. Parágrafo Único. O membro reconduzido poderá ser eleito novamente, observado o intervalo de um mandato. Art. 34° - Ao Presidente do Conselho Fiscal e Administrativo, eleito anualmente entre

Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240

(86) 98194-6092



seus pares, caberá: I - Convocar e dirigir as reuniões do seu Conselho; II - Nomear um Secretário para exercer as funções decorrentes; III - designar, entre os membros, um relator dos assuntos a serem examinados; IV - Assinar a correspondência; V - Convocar a Assembléia Geral; VI - Promover a execução das deliberações do Conselho Fiscal e Administrativo; VII - Propor alterações neste Estatuto. Art. 35° - Em caso de afastamento de algum membro do Conselho Fiscal e Administrativo, durante a vigência do respectivo mandato, deverá ser eleito substituto no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. DOS ORGÃOS DE ASSESSORAMENTO. Art. 36° - São órgãos subordinados à Diretoria Executiva, cujos cargos, funções, atribuições e competências serão definidos no Regimento Interno da Entidade. CAPÍTULO IV. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO PATRIMÔNIO. Art. 37º - Constituem patrimônio da Associação: I - Bens imóveis e móveis, inclusive os equipamentos, adquiridos ou que vierem a ser adquiridos no curso de sua existência; II - Bens de qualquer natureza e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; III - Doações ou contribuições de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras. Art. 38º - Os bens e direitos da Associação serão utilizados exclusivamente na consecução dos seus objetivos institucionais, sendo permitida a sub-rogação para obtenção de rendas destinadas aos mesmos fins, empregando o eventual superávit na expansão dos serviços, ampliação e melhoria das atividades sociais. Art. 39º - Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação e seus objetivos sociais serão obtidos por: I - Rendas de que venha a auferir como remuneração decorrente da aplicação do seu patrimônio, inclusive as resultantes da prestação de serviços a particulares, contratos e convênios mantidos ou executados nos termos do Art. 3°; II - Dotações orçamentárias, auxílios e subvenções federais, estaduais e municipais; III - Doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, destinadas à aplicação em despesas correntes; IV -Fundos oriundos de campanhas ou promoções específicas para a concretização de determinados objetivos sociais; V - Contribuições dos sócios efetivos; VI - Outras rendas; VII - Saldos financeiros positivos apurados em balanço. Parágrafo único.

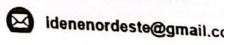
- Av: Jóquel Clube, 299 SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240
- (86) 98194-6092



Observada a legislação em vigor, a Associação poderá contrair empréstimos para o financiamento de suas atividades, desde que comprovada a capacidade de endividamento e aprovados pela Diretoria Executiva. Art. 40° - É vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do patrimônio da Associação, sob nenhuma forma ou pretexto. Art. 41º - A Associação não remunerará ou concederá vantagens ou beneficios por qualquer forma ou título a seus conselheiros, associados, instituidores, diretores, benseitores ou equivalentes, quando somente nesta qualidade, salvo disposição contrária em lei. Art. 42º - A Associação adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de beneficios e/ou vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios. Art. 43º - A Associação terá um Regimento Interno que, aprovado em Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. Parágrafo único. A fim de cumprir sua finalidade, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no Caput deste Artigo. Art. 44º - A Associação aplicará integralmente, no território nacional, suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Art. 45° - A entidade poderá ser dissolvida no caso de não atender aos objetivos a que foi determinada neste Estatuto, por decisão judicial ou por decisão da Assembléia Geral. § 1°. Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio remanescente, depois de satisfeitas as obrigações assumidas, terá sua destinação definida através de Assembleia Geral, na forma da lei. § 2°. Na hipótese de desqualificada como organização social, o eventual patrimônio obtido em decorrência de contrato de gestão firmado com o poder público, será revertido ao patrimônio público federal, Estadual ou municipal ou a outra organização social qualificada, na proporção dos bens alocados pelo ente contratante. Art. 46° - O exercício social e financeiro coincidirá com o ano civil, e a 31 de dezembro de cada ano será levantado o Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos, para a apuração dos resultados, nos termos da legislação fiscal e contábil vigentes. Parágrafo único. O Balanço Patrimonial e os demonstrativos contábeis ficarão sujeitos a auditoria

Av: Jóquei Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240

(86) 98194-6092





externa, parecer do Conselho Fiscal e Administrativo, devendo ser publicados em Diários Oficiais ou jornais de grande circulação, especialmente se a entidade tiver recebido recursos públicos. CAPÍTULO V. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 47° - A Associação reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, prevalecendo os dispositivos que norteiam as legislações que regem as entidades civis com fins não econômicos. Art. 48º - Na prestação de contas, a Associação observará as seguintes normas: a) A observância dos principios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; b) Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal. DOS COOPERADORES E CORPO TÉCNICO. Art. 49° - Para auxiliar a Associação no alcance de seus objetivos, fica criado o Grupo de Voluntários, representado por pessoas que se inscreverem na Associação, com a finalidade de prestar determinadas atividades sociais, tais como visitas a domicílios carentes ou em situação de vulnerabilidade social, organização de eventos, trabalhos manuais, técnicos de transmissão de conhecimentos e outras colaborações nos serviços mantidos pela Associação. Art. 50° - A bem da operacionalidade da Associação, poderá montar grupos de estudos multiprofissionais. DO PROCESSO ELETIVO. Art. 51º - O Edital de Convocação da Assembleia Geral será divulgado 15 (quinze) dias antes da data da eleição. devendo conter a data, local e horário da realização da Assembléia Geral. Art. 52º - O registro das Chapas, com anuência expressa dos candidatos, será feito perante a Comissão Eleitoral designada pela Diretoria Executiva da Associação, para composição de Chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e Administrativo. O requerimento, contendo o

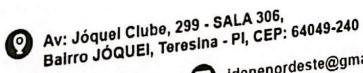


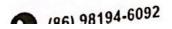




nome dos candidatos e respectivos cargos, deverá ser protocolado até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da eleição. Parágrafo único. Serão considerados elegíveis somente os associados que estiverem em conformidade com o disposto neste Estatuto, em pleno exercicio de seus direitos e cumprindo seus deveres regularmente com a Associação. Art. 53° - Compete à Comissão Eleitoral, após o término do prazo para registro das Chapas de Candidatos, verificar sua regularidade, bem como decidir sobre eventuais impugnações apresentadas no mesmo prazo de registro. § 1º. A confecção da cédula observará a ordem de inscrição. § 2º. A Comissão Eleitoral será composta por três membros designados pela Diretoria Executiva. Art. 54º - Para a instalação da Assembleia Geral Eletiva, será exigida em primeira convocação, a presença de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de associados, após intervalo de 30 (trinta) minutos da primeira convocação. Art. 55° - A posse dos membros eleitos para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Administrativo será realizada imediatamente após a apuração dos votos, ou em reunião solene previamente marcada. Na Assembleia Geral de posse, será lavrada a Ata em instrumento próprio, firmado por todos os membros empossados e demais presentes na Assembleia, devendo ser posteriormente registrada no Cartório de Títulos e Documentos. Parágrafo único. A posse dos membros do Conselho Fiscal e Administrativo poderá ocorrer na mesma data da posse dos membros da Diretoria Executiva. Art. 56° - Na eventual ocorrência de extinção ou dissolução da Entidade, caberá ao responsável pelo ato criar uma comissão formada por cinco membros, compostos por dois membros do Conselho Fiscal e Administrativo e três membros da Diretoria Executiva, para conduzir os procedimentos legais que assegurem o encerramento das atividades sociais. Art. 57º - Os casos omissos neste Estatuto serão interpretados e decididos pela Diretoria Executiva, referendados pela Assembleia Geral. Art. 58° - Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, Estado do Piaui, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Estatuto.

Teresina, 3 de julho de 2024.









sinatyrus: Xssnado de forma digital por JAQUELINE DA SILV JAQUELINE DA SILVA ARAUJO:04812245303 ARAUJO:04812245303 Jaqueline da Silva Araújo

CPF: 048.122.453-03

Diretor (a) Presidente

PAULO GEOVANO BATISTA Assinado de forma digital por DANTAS:03465564308

PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS:03465564308

Paulo Geovano Batista Dantas

CPF: 034.655.643-08

Conselho Fiscal e Administrativo

DANTAS:06725071376

MURILO HENRIQUE BATISTA Assinado de forma digital por MURILO HENRIQUE BATISTA DANTAS:06725071376 Murilo Henrique Batista Dantas

CPF: 067.250.713-76

Diretor Tesoureiro

LUIS CARLOS BATISTA DE SOUSA:05253524304 SOUSA:05253524304

Assinado de forma digital por LUIS CARLOS BATISTA DE

Luís Carlos Batista de Sousa

CPF: 052.535.243-04

Diretor Secretário

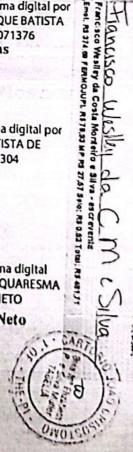
FRANCISCO QUARESMA DE CARVALHO NETO

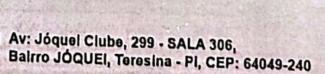
Assinado de forma digital por FRANCISCO QUARESMA DE CARVALHO NETO

Francisco Quaresma de Carvalho Neto

OAB PI 19.826

Advogado





(86) 98194-6092





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE

A Diretora Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE, Sra. Euclenes Packita de Moraes Sousa, convoca todos os seus integrantes para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada conforme os seguintes termos:

Data: 03 de Abril de 2024

Horário: 08:00h (em primeira convocação)

Local: Ed. Eurobusiness, sala 306, 3° andar Av. Joquei Clube, 299, CEP: 64049-

917, Teresina-PI

Pauta:

Deliberação sobre a mudança do endereço da sede do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE)

A presença de todos os membros é de suma importância para o bom andamento das atividades do Instituto. Caso não haja quórum mínimo em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, trinta minutos após, no mesmo local e com os mesmos objetivos, independente do número de presentes.

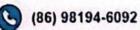
Teresina, 27 de março de 2024.

Atenciosamente,

Euclenes Packita de Moraes Sousa

Presidente do IDENE

Av: Jóquel Clube, 299 - SALA 306, Bairro JÓQUEI, Teresina - PI, CEP: 64049-240









ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – IDENE

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, nas dependências do Ed. Eurobusiness, sala 306, 3º andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina-PI, CEP: 64049-917, em primeira convocação. membros da diretoria executiva do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste-IDENE, CNPJ: 20.124.920/0001-29 reuniu-se para dar início a assembleia geral extraordinária com a finalidade de deliberar sobre a pauta: Alteração no estatuto social (mudança de endereço da sede do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste-IDENE). A Sra. Euclenes Packita de Moraes Sousa, deu início a Assembleia Geral Extraordinária do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE), constatando-se da presença de quórum legal estatutário, com a participação de todos os membros convocados. A mesa principal foi composta pelo Sr. Luís Carlos Batista Sousa, Diretor Secretário, e pela Sra. Jaqueline da Silva Araújo, Diretora Vice-Presidente, sendo designado a mim, Murilo Henrique Batista Dantas, o cargo de secretário da assembleia. O Sr. Luís Carlos Batista Sousa procedeu à leitura do Edital de Convocação, emitido dia 27 de março de 2024 cujos termos foram os seguintes: "O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste - IDENE, por meio da sua Diretora Presidente, Euclides Packita de Moraes Sousa, torna pública e convoca todos os seus integrantes para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 03/04/2024, às 08:00h, em primeira convocação, no Ed. Eurobusiness, sala 306, 3º andar, Av. Joquei Clube, 299, , Teresina-PI, CEP: 64049-917, com a finalidade de deliberar sobre a mudança do endereço da sede do Instituto, conforme pauta abaixo descrita".



(86) 98194-6092





Após a leitura, a Presidente informou alterações no Capítulo I, do art. 2ª do Estatuto Social em virtude da mudança do endereço, onde deliberaram por UNANIMIDADE alterar o endereço da sede do Instituto da Rua Maestro Pedro Alcântara, nº 4652, bairro extrema, Teresina Piauí, para que passe a ser sediado em novo endereço abaixo descrito." (Conforme contrato de locação em anexo); e dessa forma, o Capitulo I, Art 2° do estatuto social passará a adotar a seguinte redação: " Art.2°- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada no Edifício Eurobusiness, sala 306, 3º andar, Av. Jóquei Clube, 299, Teresina-Pl, CEP: 64049-917, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável". Em seguida, foi concedida a palavra para manifestações, não havendo nenhum pronunciamento. Diante disso, não havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente agradeceu a presença de todos os participantes e declarou encerrada a presente assembleia geral. Determinou, então, que eu, na condição de secretário, lavrasse a presente ata e a encaminhasse para registro nos órgãos públicos competentes, a fim de que surtisse os efeitos jurídicos necessários.

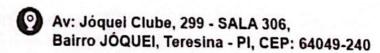
Teresina, 03 de abril de 2024.

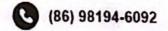
Diretoria Eleita:

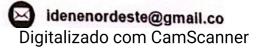
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO Assinado de forma digital por DO NORDESTE (IDENE):20124920000129

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (IDENE):20124920000129 Dados: 2024.04.08 16:27:10 -03'00'

Euclenes Packita de Moraes Sousa Diretor (a) Presidente CPF: 005.770.783-99









JAQUELINE DA SILVA ARAUJO:04812245303 AMAGEOGRAFIZATS NO.

Lesisado da Suma digital per MACHINE DA SEVA DRIGOS 2024 DA DR DR 16-27-49 (03'00'

Jaqueline da Silva Araŭjo Diretor (a) Vice-Presidente CPF: 048.122.453-03

MURILO HENRIQUE

Assinado de forma digital por MURILO HENRIQUE BATISTA DANTAS:06725071376

BATISTA

DANTAS:06725071376 Dados: 2024.04.08 16:28:19 -03'00'

Murilo Henrique Batista Dantas Diretor Tesoureiro(a) CPF: 067.250.713-76

LUIS CARLOS BATISTA DE SOUSA:05253524304 SOUSA:05253524304

Assinado de forma digital por LUIS CARLOS BATISTA DE

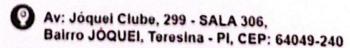
Dados: 2024.04.08 16:28:46 -03'00'

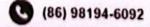
Luis Carlos Batista de Sousa Diretor Secretário(a) CPF: 052.535.243-04

Conselho Fiscal e Administrativo:

Assinado de forma digital por PAULO GEOVANO BATISTA PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS:03465564308 DANTAS:03465564308 Dados: 2024.04.08 16:29:09 -03'00'

Paulo Geovano Batista Dantas Membro Conselho Fiscal e Administrativo CPF: 034.655.643-08









REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASII

ESTADO DO PIAUÍ - COMARCA DE TERESINA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMOVEIS - 2º ZONA NOTAS: TITULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA - CNS - 07 265-7

Bela: Maria Elizabeth Paiva e Silva Muller

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO

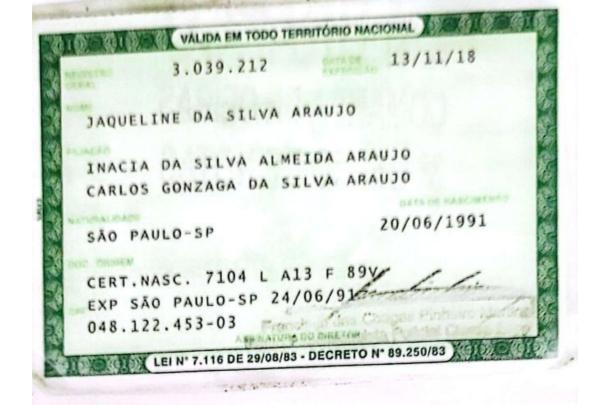
CERTIFICO que, foi Averbada nesta Serventia Extrajudicial do 1º Oficio de Registro de Imóveis Notas, Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica - 2ª Circunscrição, no Livro A nº 29, AV-02, em Teresina - Pl, 11 de Abril de 2024, no Registro com o nº de Ordem 1795, do Livro de Registro Especial de Pessoa Jurídica Livro nº A-28, datado de 02 de fevereiro de 2024, uma Ata com o seguinte teor: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE. Nas dependências do Ed. Eurobusiness, sala 306, 3° andar, localizado na Av. Jóquei Clube, 299, em Teresina - Pl, CEP: 64049-917, em primeira convocação, membros da diretoria executiva do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste IDENE, CNPJ: 20.124.920/0001-29, reuniu-se para dar início a assembleia geral extraordinária com a finalidade de deliberar sobre a pauta: Alteração no estatuto social (mudança de endereço da sede do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste - IDENE). Constatando-se da presença de quórum legal estatutário, com a participação de todos os membros convocados. Após a leitura, a Presidente informou alterações no Capítulo I, do art. 2ª do Estatuto Social em virtude da mudança do endereço, onde deliberaram por UNANIMIDADE alterar o endereço da sede do Instituto da Rua Maestro Pedro Alcântara, nº 4652, bairro extrema, Teresina Piaui, para que passe a ser sediado em novo endereço abaixo descrito." (Conforme contrato de locação em anexo); e dessa forma, o Capitulo I, Art 2º do estatuto social passará a adotar a seguinte redação: "Art.2º- O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada no Edificio Eurobusiness, sala 306, 3° andar, Av. Jóquei Clube, 299, Teresina-Pl, CEP: 64049-917, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável". Realizada em 03 do mês de abril do ano de 2024. Era o que se continha em referida Ata que bem e fielmente para aqui o digitei. Dou fé. Processo nº 342804, Teresina - PI, 11 de Abril de 2024. Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 1,74; Total: R\$ 28,08; O presente ato só terá validade com o Selo: AFX35938 - 51RA. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra. Dou fé, Eu, (Francisco Weslley da Costa Monteiro e Silva), escrevente, a digitei.

Teresina - Pl, 11 de Abril de 2024.

Fram Address
de Faul of Faul
de Capacita de Faul
de Capacita de Faul
de Capacita de Capacita
de Capacita de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capacita
de Capaci

OFICIAL

Rua David Caldas, 495 - Centro - Teresina/PI - CEP 64001-190 Contato: (86) 3221-7513 - E-mail: tabje@uol.com.br - Site: tabje.com.br







PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39955052/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados. NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

JAQUELINE DA SILVA ARAUJO

OU

CPF n. 048.122.453-03

Certidão emitida em 14/08/2024, às 09:30:40 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço https://sistemas.trf1.jus.br/certidao, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
 Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 14/08/2024, às 07:50:11.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

39955052

Código de Validação:

3185 E577 CBED 2930 6B16 F825 7D3F 99D8

Data da Atualização:

14/08/2024, às 07:50:11





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3507047

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS. EXECUÇÕES CÍVEIS. CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: JAQUELINE DA SILVA ARAUJO

CPF: 04812245303

RG: 3039212 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: CARLOS GONZAGA DA SILVA ARAUJO MÃE: INACIA DA SILVA ALMEIDA ARAUJO

ENDEREÇO: Rua Professora Alzira Freire Passos, nº 5941 BAIRRO: Bairro Renascença 2,, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Plauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAIS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piaul (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3507047. Código verificador: 5E12C.B1534.9BE46.7EAEC

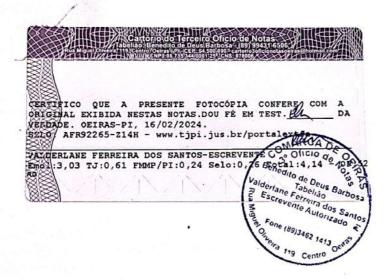
- II quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
- o III em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
- o IV quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Plaul, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 14 de Agosto de 2024 às 09 h 03 min









PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39955182/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados. NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

LUIS CARLOS BATISTA DE SOUSA

OU

CPF n. 052.535,243-04

Certidão emitida em 14/08/2024, às 09:32:21 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço https://sistemas.trf1.jus.br/certidao, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
 Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 14/08/2024, às 07:50:11.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

39955182

Código de Validação:

C76C E621 2A9A 03EE 046D 542E DCE4 9543

Data da Atualização:

14/08/2024, às 07:50:11



14/08/2024



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTICA DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3507088

O Tribunal de Justiça do Estado do Piaul CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb. ThemisWeb Recursal, PROJUDI. Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piaul em desfavor de:

NOME: LUIS CARLOS BATISTA DE SOUSA

CPF: 05253524304

RG: 05253524304 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP

ESTADO CIVIL: Casado(a) PAI: LUIZ GONZAGA DANTAS

MÃE: MARIA DAS GRAÇAS BATISTA DE SOUSA

ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO MANOEL CLEMENTINO, 571

BAIRRO: ROSARIO, MUNICÍPIO: OEIRAS - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piaul;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALENCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAIS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piaul (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1º Instância". Certidão Nº 3507088. Código verificador: 55ADC.2D77B.A355E.10F49

FOLHA 1 de 2

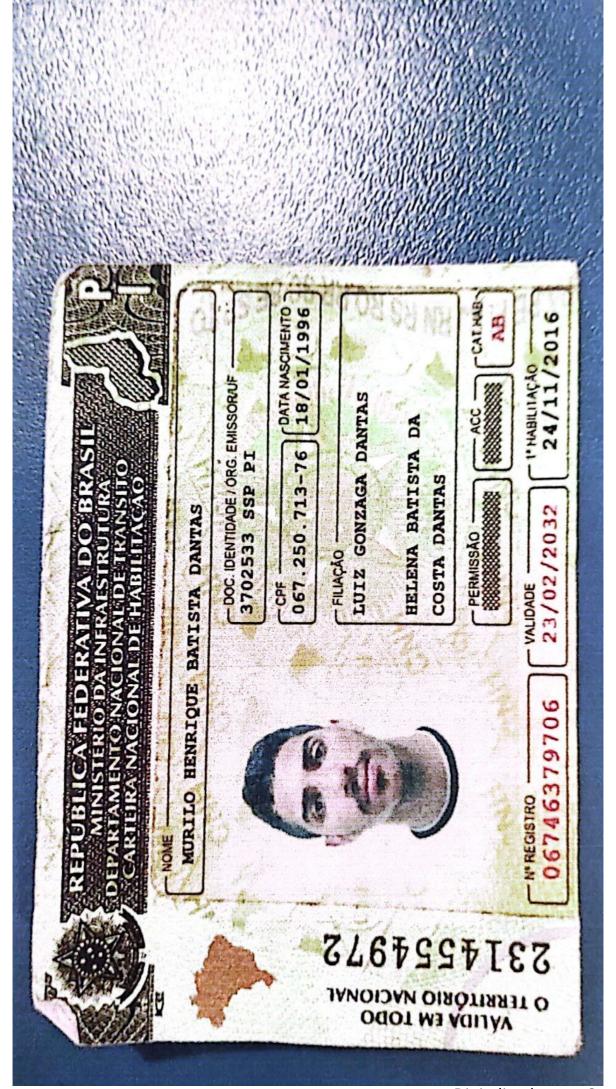
- II quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
- o III em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
- o IV quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 14 de Agosto de 2024 às 09 h 17 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3507088. Código verificador: 55ADC.2D77B.A355E.10F49





PODER JUDICIÁRIO JUSTICA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39955114/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados. NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MURILO HENRIQUE BATISTA DANTAS

OU

CPF n. 067.250.713-76

Certidão emitida em 14/08/2024, às 09:31:27 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1º Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço https://sistemas.trf1.jus.br/certidao, por meio do código de
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Tribunal Regional Federal da 1º Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1º Região, SEEU e Juris) até 14/08/2024, às 07:50:11.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

39955114

Código de Validação:

208F 2021 EC62 E64F EE9C 979B 1BD6 D822

Data da Atualização:

14/08/2024, às 07:50:11



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3507083

O Tribunal de Justiça do Estado do Piaul CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS. EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piaul em desfavor de:

NOME: MURILO HENRRIQUE BATISTA DANTAS

CPF: 06725071376

RG: 3702533 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)
PAI: LUIZ GONZAGA DANTAS

MÃE: HELENA BATISTA DA COSTA DANTAS

ENDEREÇO: RUA BRIGADEIRO MANOEL CLEMENTINO

BAIRRO: ROSARIO, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAIS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica:



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3507083. Código verificador: F2276.232EE.B239C.31ABF

FOLHA 1 de 2

- II quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
- III em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
- IV quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 14 de Agosto de 2024 às 09 h 14 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3507083. Código verificador: F2276.232EE.B239C.31ABF



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

39954767/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados. NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS

OU

CPF n. 034.655.643-08

Certidão emitida em 14/08/2024, às 09:26:39 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço https://sistemas.lrf1.jus.br/certidao, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
 Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 14/08/2024, às 07:50:11.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

39954767

Código de Validação:

80CF DEE8 0311 3B32 E969 208F EB75 ED95

Data da Atualização:

14/08/2024, às 07:50:11



14/08/2024



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1º REGIÃO CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39954929/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS

OU

CPF n. 034.655.643-08

Certidão emitida em 14/08/2024, às 09:28:55 (data e hora de Brasília), abrange o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço https://sistemas.trf1.jus.br/certidao, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
 Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 14/08/2024, às 07:50:11.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 2º Grau.

Certidão:

39954929

Código de Validação:

F1D4 A012 B5A5 4EFF 3277 FE84 02F8 BE9F

Data da Atualização:

14/08/2024, às 07:50:11



14/08/2024



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO FIAUÍ CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU CERTIDAO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL É AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 1508058

O Tribunal de Justiça do Estado do Pisul CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de fellos mentidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). resselvedes es observações ebeixo, NÃO CONSTAR AÇÕES CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES FENAIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciários do Poder Judiciário do Estado do Piaul em desfavor de:

NOME: PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS

CPF: 03465564308

RG: 0346564308 ORGÃO EXPEDIDOR: 55P/PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a) PAI: LUIZ GONZAGA DANTAS

MÃE: HELENA BATISTA DA COSTA DANTAS ENDEREÇO: RUA = WASHINTON LUIS Nº 1091.

BAIRRO: LOURIVAL PARENTE, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piaul;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piaul (www.tjpi.jus.br), link *Certidão Negativa de 1º Instância". Certidão Nº 3508058. Código verificador: 2FE10.35BFA.CE331.22691

FOLHA 1 de 2

Digitalizado com CamScanner